Novo relatório anual da OBMigra e *policy brief* da OIM sobre soluções baseadas na natureza para migrações

Nuevo informe anual de la OBMigra y documento de políticas de la OIM sobre soluciones basadas en la naturaleza para la migración

New OBMigra report and IOM's policy brief on nature-based solutions for migration

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este relatório, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, aborda duas novidades do último mês: o novo relatório da OBMigra e o novo *policy brief* elaborado pela Organização Internacional para as Migrações sobre soluções baseadas na natureza voltadas para a mobilidade humana no contexto das crises climáticas. Primeiro, o relatório da OBMigra, elaborado pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, traz os principais dados dos fluxos migratórios e de refugiados do Brasil referentes ao ano de 2025, contendo cinco *policy papers* temáticos com um panorama do contexto migratório atual no Brasil e análises dos principais desafios para a gestão da mobilidade humana nas áreas de trabalho, educação, proteção social e para a implementação de políticas nos territórios. Já o *policy brief* da OIM, desenvolvido em parceria com a Fundação Grupo Boticário, apresenta recomendações práticas para a implementação de soluções baseadas na natureza nas respostas municipais a eventos climáticos extremos. O documento utiliza a abordagem da adaptação baseada em ecossistemas, que visa fortalecer a resiliência urbana e reduzir as vulnerabilidades socioambientais, em busca de uma agenda conjunta entre o meio ambiente e a mobilidade humana que garanta a proteção das pessoas migrantes e refugiadas.

Palavras-chave: Migração; refúgio; saúde; mobilidade humana.

Resumen: *Este informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global, aborda dos novedades del último mes: el nuevo informe de la OBMigra y el nuevo documento de políticas elaborado por la Organización Internacional para las Migraciones sobre soluciones basadas en la naturaleza orientadas a la movilidad humana en el contexto de las crisis climáticas. En primer lugar, el informe de OBMigra, elaborado por el Ministerio de Justicia y Seguridad Pública, presenta los principales datos sobre los flujos migratorios y de refugiados en Brasil correspondientes al año 2025, y contiene cinco documentos de políticas temáticas con una panorámica del contexto migratorio actual en Brasil y análisis de los principales retos para la gestión de la movilidad humana en los ámbitos del trabajo, la educación y la protección social, así como para la implementación de políticas en los territorios. Por su parte, el informe de políticas de la OIM, elaborado en colaboración con la Fundación Grupo Boticário, presenta recomendaciones prácticas para la implementación de soluciones basadas en la naturaleza en las respuestas municipales a los fenómenos climáticos extremos. El documento utiliza el enfoque de la adaptación basada en los ecosistemas, que tiene como objetivo fortalecer la resiliencia*

urbana y reducir las vulnerabilidades socioambientales, en busca de una agenda conjunta entre el medio ambiente y la movilidad humana que garantice la protección de las personas migrantes y refugiadas.

Palabras clave: *Migración; refugio; salud; movilidad humana.*

Abstract: *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health, discusses two new documents released in May: the new OBMigra report and the policy brief published by the International Organization on Migration on nature-based solutions for human mobility in the context of the climate crisis. First, the OBMigra report, developed by the Ministry of Justice and Public Security, presents the 2025 updated data on migration and refuge in Brazil, including five thematic policy papers regarding an overview of the Brazilian current migration context and analysis of the key challenges to manage human mobility in the areas of labor, education, social protection and the implementation of public policies in each territory. The IOM policy brief, developed in a partnership with Grupo Boticário Foundation, highlights practical recommendations for the implementation of nature-based solutions within municipalities responses to extreme climate events. The document is based on the ecosystem-based adaptation approach that aims at strengthening urban resilience and reducing socioenvironmental vulnerabilities, pursuing a common agenda between environment and human mobility that ensures the protection of migrants and refugees.*

Keywords: *Migration; refuge; health; human mobility.*

Novo relatório da OBMigra

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou, no início de maio, o 12º Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), com atualizações referentes ao ano de 2025, contendo dados e informações sobre a situação migratória no Brasil. Segundo o MJSP[1], o objetivo dos relatórios é de disponibilizar artigos temáticos sobre as migrações e solicitações de refúgio no Brasil, utilizando as bases de dados de emissão de vistos, movimentação de pessoas pelos postos de fronteira, registros de residência, solicitações e reconhecimento da condição de refugiado, autorizações de residência para fins laborais, inserção dos trabalhadores imigrantes no mercado formal, acesso aos programas de benefícios sociais e acesso ao ensino regular e transferências pessoais de recursos financeiros, e destinado a órgãos públicos envolvidos na formulação de políticas migratórias, à academia, à sociedade civil e ao público em geral. O relatório foi desenvolvido, além do MJSP, pelos Ministérios de Relações Exteriores, Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Cidadania, Trabalho, Saúde e Educação, além do IBGE e da Universidade de Brasília, constituindo um grupo multidisciplinar e intersetorial. No lançamento do documento[2], foram realizadas duas mesas de debate com o ACNUR e a OIM, discutindo o papel do Brasil na agenda migratória e o fortalecimento da cooperação internacional, dentro do contexto do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular de 2018.

O relatório[3] busca destacar como o Brasil está inserido numa dinâmica de transformações contemporâneas dos sistemas migratórios globais, revelando uma reconfiguração das rotas migratórias, como é evidenciado pelo crescimento das migrações entre países emergentes do sul global, e indica a migração no país como uma questão estrutural. O documento é dividido em seis capítulos temáticos, que incluem a apresentação de cinco *policy papers* que buscam sintetizar as análises acadêmicas e técnicas para a aplicação nas políticas

públicas: (i) fluxos migratórios recentes, (ii) trabalho e renda, (iii) educação, (iv) proteção social, (v) recomendações e (vi) políticas migratórias locais.

O primeiro *policy paper,* no primeiro capítulo, apresenta os dados mais recentes da mobilidade humana no país, destacando o ingresso de venezuelanos, haitianos, cubanos e angolanos nas fronteiras, e as importantes mudanças de intensidade, perfil etário, gênero, regularização e distribuição territorial. O segundo, no capítulo 2, investiga a inserção laboral como dimensão estruturante da integração socioeconômica da população migrante, observando tanto a relevância desse grupo no mercado de trabalho formal quanto a concentração ocupacional e as discrepâncias entre a qualificação e a inserção profissional. O terceiro *policy paper,* apresentado no capítulo 3, tem como foco a educação, analisando a presença das pessoas migrantes nas políticas públicas universais, com destaque para o crescimento de 437% das matrículas de estudantes migrantes na educação básica entre 2010 e 2024 e, por consequência, os novos desafios para a inclusão. O quarto *policy paper* aborda o campo da proteção social, analisando os dados do Cadastro Único e a intersecção entre mobilidade internacional e vulnerabilidades socioeconômicas, considerando as particularidades de gênero e idade. Finalmente, o quinto *policy paper* dedica-se aos instrumentos de gestão migratória nos municípios, tendo em vista o papel fundamental da gestão municipal na implementação das políticas para migrantes e refugiados e na integração, a qual deve ser situada nos territórios.

Trazendo um panorama geral das migrações no Brasil, o relatório[2] aponta que o país abriga hoje cerca de dois milhões de migrantes de 200 nacionalidades distintas, dos quais 414 mil estão empregados formalmente no país. A região Sul é o principal destino se tratando de trabalho formal, com mais de 56% dos migrantes empregados, especialmente pelo setor agroindustrial. O Estado do Paraná ganha destaque pela grande atuação na revalidação de diplomas. Já as cidades de São Paulo (SP) e Campo Grande (MS) têm maior número de abrigos, conselhos e ações de capacitação voltadas para essa população. Entre os principais desafios abordados, apresentam-se a falta de estruturas institucionais e as barreiras linguísticas. Na esfera municipal, menos de 5% dos municípios têm acordos de atendimento e apenas 1,4% oferecem a prestação de serviços básicos em outros idiomas.

Crise climática, mobilidade humana e Soluções Baseadas na Natureza no Brasil

A relação entre saúde, crise climática, mobilidade humana e Soluções Baseadas na Natureza (SBN) no Brasil torna-se cada vez mais evidente diante da intensificação dos eventos climáticos extremos e de suas consequências sobre as condições de vida da população. As populações mais vulnerabilizadas, especialmente aquelas em situação de pobreza, insegurança habitacional e acesso precário a serviços públicos, tendem a sofrer de maneira desproporcional esses impactos. Diante desse cenário, as Soluções Baseadas na Natureza configuram-se como importantes estratégias de promoção da saúde e adaptação climática, ao contribuírem para a redução de riscos ambientais, melhoria da qualidade do ar, controle de enchentes, regulação térmica e fortalecimento da resiliência comunitária.[4]

A nota técnica “Crise Climática e Mobilidade Humana: Como a natureza pode ser a solução para este desafio” analisa os impactos da mudança do clima sobre a mobilidade humana e enfatiza a necessidade de incorporar estratégias de adaptação climática às políticas públicas, especialmente em nível municipal. A nota expõe que, nos últimos 25 anos, mais de 10 milhões

de deslocamentos por desastres foram registrados no Brasil, enquanto o ano de 2024 apresentou o maior número de deslocamentos da história do país.[4]

O documento aponta alguns exemplos, como as enchentes no Rio Grande do Sul, responsáveis por aproximadamente 775 mil deslocamentos, além da seca extrema na Amazônia e dos incêndios florestais no Pará, que agravaram a vulnerabilidade social de diversas comunidades. É ressaltado ainda, que a mudança do clima tende a intensificar eventos extremos nas próximas décadas, ampliando problemas como ondas de calor, secas prolongadas, chuvas intensas, elevação do nível do mar e erosão costeira, fatores que influenciam diretamente as dinâmicas migratórias e a permanência segura das populações em seus territórios.[4]

Nesse contexto, o texto apresenta as SBN e a Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) como alternativas estratégicas para enfrentar os impactos da crise climática e reduzir vulnerabilidades socioambientais. As SBN são definidas como ações voltadas à proteção, restauração e manejo sustentável dos ecossistemas naturais, promovendo simultaneamente benefícios ambientais, sociais e econômicos. Entre os exemplos mencionados estão a restauração de margens de rios para prevenção de inundações, a recuperação de encostas para redução de deslizamentos, a restauração de manguezais para conter a erosão costeira e a arborização urbana para amenizar ilhas de calor. Segundo o documento, essas estratégias apresentam potencial para serem mais econômicas e eficazes do que soluções exclusivamente estruturais, além de fortalecerem a biodiversidade e a resiliência climática dos territórios.[4]

A nota técnica também realça os avanços do cenário normativo brasileiro, destacando o Plano Nacional de Adaptação, a Lei 14.904/2024 e programas como o Programa Cidades Verdes Resilientes, o AdaptaCidades e a Plataforma AdaptaBrasil, que oferecem suporte técnico e institucional aos municípios. Entretanto, o documento reconhece que persistem importantes desafios para a implementação das SBN, como limitações financeiras, ausência de capacitação técnica, dificuldades de integração dessas soluções aos instrumentos de planejamento urbano e escassez de dados sobre mobilidade humana relacionada ao clima. Além disso, ressalta-se que a adaptação climática deve ser orientada pelos princípios da justiça climática, assegurando a participação das populações vulnerabilizadas nos processos decisórios e promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos e benefícios das políticas públicas.[4]

Outro aspecto relevante abordado pela nota é a necessidade de fortalecer a governança local e ampliar o financiamento para projetos de adaptação climática. O texto destaca que muitos municípios brasileiros apresentam baixa capacidade adaptativa frente aos eventos extremos, o que evidencia a urgência de investimentos em formação técnica, monitoramento territorial e desenvolvimento de parcerias entre governos, universidades e organizações especializadas. Além disso, o documento salienta o papel das instituições financeiras de desenvolvimento na ampliação de recursos para projetos sustentáveis, especialmente aqueles que integrem infraestrutura convencional e Soluções Baseadas na Natureza. A comunicação também é apontada como elemento central para o engajamento da população, sendo fundamental traduzir os riscos climáticos de forma acessível e demonstrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais da conservação da natureza.[4]

Por fim, a nota recomenda que os municípios incorporem a mobilidade humana e as SBN aos instrumentos de planejamento urbano e adaptação climática, priorizando abordagens territorializadas, preventivas e participativas. Entre as principais recomendações estão o mapeamento de áreas vulneráveis, a utilização de dados públicos para subsidiar diagnósticos, a capacitação de equipes técnicas e o fortalecimento de redes de cooperação institucional. O

documento conclui que integrar a natureza ao planejamento territorial é uma estratégia essencial para transformar riscos climáticos em oportunidades de construção de cidades mais resilientes, sustentáveis e socialmente justas, promovendo a proteção das populações e a permanência digna nos territórios diante da crise climática.[4]

Referências

1. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Portal de Imigração Laboral: Relatórios Anuais. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados?id=401176. Acesso em: 25 mai. 2026.
2. OIM. Relatório do OBMigra aponta 2 milhões de migrantes no Brasil e destaca desafios de integração. Brasília, 5 mai. 2026. https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-do-obmigra-aponta-2-milhoes-de-migrantes-no-brasil-e-destaca-desafios-de-integracao. Acesso em: 25 mai. 2026.
3. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Política Migratória no Brasil: evidências para gestão de fluxos e políticas setoriais. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2025.pdf. Acesso em: 25 mai. 2026.
4. OIM. Crise climática e mobilidade humana: como a natureza pode ser a solução para este desafio. Brasília: OIM, 2026. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2026-05/crise-climatica-mobilidade-humana.pdf. Acesso em: 23 maio 2026.